

Emenda já tem adesão de 160 deputados

AFONSO FABRE

Os brasileiros jamais estiveram tão próximos de verem sua principal reivindicação atendida, ou seja, contar com uma representação política, mesmo que não seja completa, pois somente existe a possibilidade de a Câmara e o Senado terem algumas cadeiras ocupadas por parlamentares eleitos pelo Distrito Federal.

Dos cinquenta parlamentares contactados pelo JBr, neste final de semana, nenhum deles manifestou-se contra a aprovação de projeto de emenda constitucional neste sentido. Não foram ouvidos, evidentemente, os líderes do Governo nas duas Casas do Congresso a respeito de sua posição, cuja diretriz deve partir do Palácio do Planalto.

No PMDB, os dois deputados que mais se empenham na luta pela representação política do Distrito Federal, Epitácio Cafeteira (Maranhão) e Geraldo Fleming (Acre), garantem que ainda este ano — ou, no mais tardar, até meados de 1981 — suas proposições, visando reformar a Constituição no que diz respeito à eleição de deputados e senadores por Brasília, deverão estar sendo debatidas pelo Parlamento. E eles mesmos dizem duvidar que existem parlamentares que se oponham à idéia.

Tanto Cafeteira como Fleming têm grande experiência nas lutas parlamentares, sendo que o representante maranhense conseguiu a autonomia da capital de seu Estado, São Luís, elegendo-se seu primeiro prefeito. Fleming por sua vez, apesar de estar exercendo seu primeiro mandato federal, sempre foi destacado líder na Assembleia Legislativa do Acre e é respeitado, principalmente, pela sua astúcia como "homem de bastidores".

PROJETO

Epitácio Cafeteira percorria, anteontem, o plenário e os gabinetes da Câmara levando às mãos o seu projeto de emenda à Constituição, modificando os artigos 17, 39 e 41, todos referentes ao Distrito Federal. Até o final da tarde, ele já conseguira (em poucas horas de trabalho) 160 assinaturas de deputados que apóiam a iniciativa e se comprometem a votar favoravelmente quando de sua tramitação.

No "Partido de Leonel Brizzola" (não se pode chamá-lo de PTB, porque a Justiça Eleitoral arquivou recentemente seu pedido de registro), a primeira proposição a ser apresentada será uma proposta de emenda à Constituição assegurando a representação política para Brasília. Acresce a circunstância de que o projeto não será encaminhado à Mesa do Congresso como iniciativa de um deputado ou de um senador, mas, sim, como proposição do **Partido**. O deputado Getúlio Dias (RS) — um dos principais organizadores do PTB e ligado por laços de amizade a Leonel Brizzola — garantiu, ontem, ao JBr que nenhum deputado ou senador trabalhista deixará de votar favoravelmente, "mesmo porque, além de todos nós desejarmos eleições em Brasília, o projeto não é meu, nem de Brizzola, nem de Alceu Collares; é de todo o PTB".

Recorda-se, a propósito, que em outubro do ano passado, Getúlio Dias fazia a promessa, numa entrevista ao **Jornal de Brasília**, de que uma das bandeiras do Partido Trabalhista Brasileiro seria a representação política para o Distrito Federal. E justificava a decisão afirmando que "não se pode negar que em Brasília existe um grade contingente de trabalhadores e aqui será uma das principais bases do trabalhismo. Não se pode desprezar um eleitorado em potencial como este, porque seria, até mesmo, insensatez".

PP

No Partido Popular, um dos principais defensores de eleições em Brasília é o deputado Daso Coimbra (RJ), para quem "não se pode conceber uma comunidade tão politizada como a do Distrito Federal castrada politicamente, longe das urnas, sem filiação partidária, sem líderes no Parlamento".

Daso Coimbra ressalta, inclusive, que "muitos jovens aqui nascidos e muitos outros que para aqui vieram com tenra idade, e hoje estão com 20, 25 e até 30 anos, jamais puderam utilizar o título de eleitor, a não ser para inscrever-se em concursos públicos".

Um outro fato acentuado por Daso Coimbra para reforçar sua tese de que o brasileiro gosta de participar de eleições, é a escolha de presidentes dos grandes clubes de Brasília (Iate e Minas, principalmente) quando "a campanha toma aspectos de eleições

para prefeito, deputado ou vereador, com a imprensa abrindo manchetes e destacando repórteres para cobrirem "o setor".

Também no partido do Governo, o PDS, não são poucos os parlamentares que defendem a representação política para Brasília. Na atual legislatura, o primeiro a se manifestar oficialmente foi o deputado Albérico Cordeiro (AL), que pretende — como ele mesmo afirma — "não espantar a lebre com um barulho muito forte", preferindo, assim, "começar aos poucos, sem muita agitação, pedindo o mínimo para, depois, chegar-se ao máximo". Por esta razão, ele sugeriu, já no ano passado, a constituição, também na Câmara, da Comissão do Distrito Federal, órgão que ali já existiu, e que hoje é privativo do Senado.

Cordeiro considera que este seria o primeiro passo para se chegar à representação política ideal, com representantes nas duas Casas do Congresso, além de Assembleia Legislativa ou Câmara de Vereadores.

Os defensores da idéia vêm nas atuais especulações em torno da possível convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a ser feita pelo próprio presidente João Figueiredo, em 1982, a grande chance de se dar ao brasileiro o direito de votar e ser votado. E que, com os futuros deputados e senadores sendo transformados em constituintes, não haverá como obstar a inserção da tese na redação da nova Carta.

PLANALTO

Em contrapartida, a posição adotada pelos membros do Executivo (tanto federal quanto local), é reconhecidamente contrária à pretensão dos brasileiros. O Palácio do Planalto procura evitar, sempre, qualquer comentário a respeito; os ex-governadores Hélio Prates da Silveira e Elmo Serejo Farias também preferiam não discutir o assunto; e o governador Aimé Lamaison, por várias vezes, deixou claro que não se manifesta, reservando diplomaticamente pela assertiva de que "isto depende do Congresso Nacional, pois se os deputados e senadores decidirem eu cumprirei a Lei".

A par disto, há poucos dias o ministro Ibrahim Abi-Ackel procurava desmentir declarações a ele atribuídas e segundo as quais o titular da pasta da Justiça era favorável à eleição no Distrito Federal.

Estas posições revelam, nitidamente, que, se depender do Executivo, os brasileiros continuarão sem urnas. Com exceção, é claro, das colocadas à sua disposição no Iate Clube e no Minas Brasília.

É chegada a hora de Brasília ter a sua vez na política. Quando a cidade atinge os 20 anos, dois a mais, portanto, de sua maioria eleitoral, com a população já beirando um milhão de habitantes, não se vê razão para que ela não tenha assegurada a sua representação no Congresso Nacional.

Com esta observação, o deputado Epitácio Cafeteira vai encaminhar, nos próximos 15 dias, seu projeto de emenda à Constituição, e que está sendo considerado um dos mais bem elaborados até agora.

Na sua proposição, Cafeteira cria uma Comissão Mista Permanente, composta "de senadores e deputados eleitos pelo Distrito Federal"; e determina eleições de brasileiros para as duas Casas do Congresso.

CAFETEIRA

Para o deputado Epitácio Cafeteira — e isto ele dirá quando apresentar o projeto à Mesa do Congresso — "não perduraram, porque destituídas de fundamento, as alegações de que Brasília seria fria ou abúlica do ponto de vista político, pois os exemplos de participação e de calor político ao longo de sua existência falam por si sós". E indaga, "quem não se recorda das manifestações estudantis brasileiros, que muitas vezes foram pontos de partida para movimentos nacionais? O que dizer das 100 mil pessoas que acompanharam Juscelino Kubitschek ao Campo da Esperança?"

Diz Cafeteira que "é tanta a vontade política e eleitoral do povo brasileiro que uma simples eleição para presidente da Associação Comercial é disputada com o maior entusiasmo e vibração, o mesmo ocorrendo com a eleição dos clubes recreativos, quando a cidade parece toda mobilizada eleitoralmente".